



GUATAPAR

LEI COMPLEMENTAR N.º 097/2013 - de 19 de março de 2013.

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL E DE COBRANÇA DE TRIBUTOS NO MUNICÍPIO DE GUATAPAR, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

SAMIR REDONDO SOUTO, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que, a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - Fica por esta lei complementar instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no âmbito do município de Guatapar/SP, com vigência de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta lei. Podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias a critério da Administração, destinado a oferecer aos municpes que se encontrem em débito com a Administração Municipal a oportunidade de extinguir suas dvidas tributárias e não tributárias, ou parte delas, nas seguintes situações:

I - inscritas ou não em dvida ativa;

II - constituídas de ofício ou declaradas espontaneamente;

III - resultantes de saldos de parcelamento anterior;

IV - discutidas judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada;

Parágrafo nico - Os descontos previstos nesta Lei somente incidirão sobre os créditos decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2012.



GUATAPAR

Art. 2º - Não se enquadrarão no programa os débitos em atraso com o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e a Taxa de Vigilância Sanitária.

Art. 3º - O Programa de Recuperao Fiscal abrange descontos a serem aplicados na multa moratória e nos juros incidentes sobre a obrigao principal, bem como em honorários advocatícios, conforme o seguinte escalonamento:

- I -- pagamento  vista, 100% (cem por cento);
- II - 02 (duas) parcelas, 95% (noventa e cinco por cento);
- III - 03 (três) parcelas, 90% (noventa por cento);
- IV - 04 (quatro) parcelas, 85% (oitenta e cinco por cento);
- V - 05 (cinco) parcelas, 80% (oitenta por cento);
- VI - 06 (seis) parcelas, 70 % (setenta por cento);
- VII – 07 (sete) parcelas, 60 % (sessenta por cento);
- VIII – 08 (oito) parcelas, 50 % (cinquenta por cento);
- IX – 09 (nove) parcelas, 40 % (quarenta por cento);
- X – 10 (dez) parcelas, 30 % (trinta por cento);
- XI – 11 (onze) parcelas, 20 % (vinte por cento);
- XII – 12 (doze) parcelas, 10 % (dez por cento);

Art. 4º - O débito pode ser quitado parcialmente com os descontos previstos no inciso I, do artigo 3º deste Programa, de acordo com a disponibilidade financeira do devedor, sendo que o valor remanescente desta operao poderá ser quitado parceladamente na forma estabelecida pelo mesmo artigo.



GUATAPAR

Art. 5° - Os descontos concedidos por esta Lei são estendidos a todas as modalidades de extinção do crédito tributário prevista no artigo 156, do Código Tributário Nacional.

Parágrafo nico – Os valores referentes aos honorários advoccios de sucumbência poderão ser parcelados juntamente com o débito a ser quitado neste programa, sendo que, na hipótese do pagamento ser parcial os honorários serão computados proporcionalmente ao valor quitado.

Art. 6° - As custas processuais de ações judiciais relacionadas aos créditos inseridos no REFIS, uma vez serem de competência estadual, não serão objeto de parcelamento, devendo ser recolhidas integralmente, juntamente com o pagamento  vista ou com a primeira parcela, no caso de parcelamento.

Art. 7° - Os descontos concedidos por esta Lei não são cumulativos com qualquer outro benefício ou incentivo fiscal que tenha sido aplicado ao mesmo débito.

Art. 8° - Quando a opção for por pagamento parcelado, a partir da 3a (terceira) parcela, a liquidação poderá ocorrer sob a forma de débito automático em conta-corrente mantida pelo contribuinte em qualquer das instituições bancárias credenciadas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 9° - O interessado em aderir às condições deste programa deverá protocolizar requerimento específico junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças no prazo de vigência desta Lei.

Art. 10 – Os débitos tributários e não tributários incluídos no REFIS serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de adesão ao Programa.



GUATAPAR

Art. 11 - A adesão ao Programa instituído por esta Lei acarretará a confissão irrevocvel do débito a que se relaciona, com o reconhecimento por parte do devedor da perda do objeto de eventual impugnao administrativa ou ao judicial proposta contra a Administrao envolvendo o respectivo lançamento, independentemente do estágio processual em que se encontre.

 1 - nos termos do caput, na hipótese de existir depósito nos autos da ao judicial, o pedido de adesão ao Programa de Recuperao Fiscal instituído por esta Lei implica, automaticamente, na autorizao do depositante para conversão do depósito em renda do município, para quitao de seu débito.

 2 - Eventual excedente do valor depositado em relao ao débito redimensionado nos termos deste Programa, ou ainda, a necessidade de complementao do valor depositado, será procedido nos autos da ao judicial após a regular efetivao da adesão ao Programa.

Art. 12 - A adesão ao Programa instituído por esta Lei implica ainda em:

I - interrupo da prescrio, nos termos do art. 174, pargrafonico, inciso IV do Código Tributário Nacional;

II - suspensão da exigibilidade dos créditos parcelados, nos termos do art. 151, inciso VI, do Código Tributário Nacional;

Art. 13 - A adesão a este Programa não implica em homologao de valores espontaneamente declarados, não implicando ainda em novao, na dispensa do cumprimento das obrigaoes acessórias, nem de outras obrigaoes legais, em qualquer direito  restituio ou compensao de importâncias pagas nos termos de outra legislao.



GUATAPAR

Art. 14 - Na opção parcelada, o atraso no pagamento de duas parcelas, consecutivas ou não, acarretará a exclusão do devedor das condições deste Programa, sem prejuízo das demais penalidades legais, com a imediata exigibilidade do saldo remanescente, correspondente  diferença entre o valor pago e o valor originário do débito.

Art. 15 - O valor mínimo de cada parcela de que trata esta Lei não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinqunta reais) para as pessoas físicas, e R\$ 100,00 (cem reais) para pessoas jurídicas.

Art. 16 - As execuções fiscais correspondentes aos créditos tributários e não tributários incluídos no Programa instituido por esta Lei serão suspensas quando o pagamento não ocorrer  vista e os autos arquivados, sem baixa definitiva, até que sejam pagos integralmente os montantes parcelados.

Art. 17 - Para o registro da extinção dos créditos quitados neste Programa serão realizados os seguintes procedimentos:

I - após a confirmação da quitação da dvida,  vista ou parcelado, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças efetuar a extinção do crédito nos registros de sua competência e, caso haja pendência judicial relacionada, encaminhará ao Departamento Jurídico os documentos pertinentes para as providências judiciais cabíveis.

Art. 18 - A adesão ao Programa instituido por esta Lei será rescindida diante da ocorrência de uma das seguintes situações:

I - pelo descumprimento de quaisquer das exigências nela estabelecidas, inclusive por sonegação de informações ou por apresentação de informações falsas;

II - pela inadimplência de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou não;



GUATAPAR

III - caso vencido o prazo de pagamento da ótima parcela, ainda houver parcela inadimplida;

IV - pela falência decretada ou a insolvência civil da pessoa jurídica;

V - cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimnio assumir solidariamente com a cdida as obrigaes do REFIS.

Parágrafo nico - A rescisão de que trata o caput independe de notificao prévia ou de interpelao e implica a:

I - perda do direito de reingressar no Programa;

II - perda de todos os benefícios concedidos por esta lei;

III - imediata exigibilidade do saldo remanescente correspondente  diferença entre o valor pago no Programa e o valor originário da dvida;

Art. 19 - Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal de Administrao e Finanças.

Art. 20 - A adesão ao Programa instituido por esta Lei não tem aplicabilidade nas aes judiciais com decisões transitadas em julgado em que restou estabelecido o valor do débito.

Art. 21 - A Lei Municipal não 031, de 12 de novembro de 2002 - Código Tributário Municipal, passa a vigorar acrescida dos artigos 272-A e 273-A com a seguinte redao:



GUATAPAR

Art. 272-A - Esgotado o prazo estipulado para o pagamento dos tributos municipais, os débitos serão acrescidos de multa de mora, juros e atualizao monetária.

 1 - A multa de mora será calculada sobre o valor do tributo devido, respeitado o seguinte escalonamento, a contar da data do vencimento:

I - 2% (dois por cento) até o último dia do mês subsequente ao do vencimento do tributo;

II - 3% (três por cento) do primeiro até o ultimo dia do segundo mês subsequente ao do vencimento do tributo.

III- 5% (cinco por cento) do primeiro até o ultimo dia do terceiro mês subsequente ao do vencimento do tributo;

IV- 10% (dez por cento) a partir da inscrio em Dvida Ativa, que não poderá ocorrer antes de esgotado o prazo do inciso anterior.

 2 - A atualizao monetária, com a utilizao da Taxa SELIC, e os juros moratórios,  razão de 1% ao mês, serão computados mensalmente a partir do 1 (primeiro) dia do mês subsequente ao do vencimento.

Art. 273-A - Não ocorrendo nenhuma das hipóteses legais de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, a inscrio em Dvida Ativa deverá ser procedida no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar do vencimento do tributo, devendo ser previamente comprovada pela autoridade competente a regularidade e legalidade do lançamento realizado.

 1 - Distribuída a ao de Execuo Fiscal, incidirão sobre o montante do débito atualizado, honorários advocatícios e custas judiciais na forma da lei aplicável.



GUATAPAR

§ 2º - As pessoas físicas e jurídicas responsáveis por obrigaes pecuniárias vencidas e não pagas, na condição de plenamente exigíveis e regularmente inscritos em Dvida Ativa, poderão ser inscritas no CADIN - Cadastro de Inadimplentes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

§ 3º - Os contribuintes ou responsáveis inscritos no CADIN não poderão celebrar convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos.

§ 4º - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças fica autorizada a encaminhar para protesto extrajudicial as Certidões de Dvida Ativa, não configurando tal prerrogativa em qualquer condição de admissibilidade ou pré-requisito para a regular distribuição da Ação de Execução Fiscal.

§ 5º - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças deverá inserir o contribuinte devedor inscrito em dvida ativa em cadastro de órgãos de proteção ao crédito.

§ 6º - Para os tributos vencidos e ainda não inscritos em Dvida Ativa, serão aplicadas as cominações do artigo 272-A, devendo a Administração dar pleno conhecimento destas disposições ao contribuinte.

§ 7º - Caberá a Secretaria Municipal de Administração e Finanças editar a normas complementares regulamentando as disposições dos parágrafos 2º, 3º e 4º, do artigo 273-A da Lei não 031, de 12 de novembro de 2002."

ART. 22 - Esta lei complementar entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o inciso II do artigo 27, inciso II do artigo 52, artigo 76, artigo 122, artigo 192, artigo 204, artigo 221, artigo 272 e artigo 273, todos da Lei Complementar não 031/2002, de 12 de novembro de 2002.



GUATAPAR

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS DEZONOVE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E TREZE.

SAMIR REDONDO SOUTO
Prefeito

REGISTRADO EM LIVRO PROPIO ARQUIVADO JUNTO  SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAO E FINANÇAS E PUBLICADO NA FORMA DA LEGISLAO EM VIGOR.

WELITON FERNANDO VERONEZI
Secretário Municipal de Administrao e Finanças